

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Ana Sofia Rodrigues*

*Miguel Sousa Ferro*

Este número da Revista de Concorrência & Regulação versa temas de grande atualidade, particularmente diversos entre si, mas todos contribuindo para a necessária reflexão e discussão de questões relacionadas com política de concorrência e regulação.

Em Angola, o setor segurador desempenha um papel relevante na economia do País.

A intervenção estatal realizada através do organismo responsável pela regulação e supervisão dos seguros tem suscitado diversas questões, com destaque para a natureza jurídica que este organismo deve ter, tendo presente os poderes de que foi dotado. Neste artigo, o autor António Guimarães Manuel propõe discutir a consagração de uma natureza jurídica objetiva e independente do referido organismo por forma a assegurar a

*This issue of the Competition & Regulation Journal addresses highly up-to-date issues, of diverse nature from one another, all contributing to the necessary reflection and discussion of matters related to competition policy and regulation.*

*In Angola, the insurance sector plays a significant role in the country's economy.*

*State intervention, carried out through the body responsible for the regulation and supervision of insurance, has raised several issues, particularly regarding the legal status that this body should have, bearing in mind the powers with which it has been vested. In this article, the author António Guimarães Manuel proposes to discuss the establishment of an objective and independent legal status for that body as to ensure confidence in the*

confiança no sistema financeiro angolano ao enfrentar os desafios que lhe são colocados.

A autora Joana Tomaz Hilbrich reflete sobre os temas da eficácia da investigação e os limites jurisdicionais em contexto de diligências de busca e apreensão no âmbito do Regulamento sobre Subvenções Estrangeiras, abordando ainda, nomeadamente, os desafios jurídicos associados à recolha de provas e dados à luz do RGPD e da Carta dos Direitos Fundamentais.

Ariadna Blaco Casares et al. discutem o Regulamento sobre Subvenções Estrangeiras como uma nova ferramenta para proteger a igualdade de condições no mercado interno, sublinhando que o objetivo do Regulamento relativo a subvenções estrangeiras não é impedir o investimento estrangeiro nem restringir o acesso ao mercado da UE, mas sim garantir que todas as empresas que exercem uma atividade económica na UE o façam em condições de igualdade.

O artigo apresentado por João Pateira Ferreira et al. versa uma análise do Acórdão Meliá, procurando contribuir para esclarecer conceitos centrais no regime de Private Enforcement em Portugal, num período em que, na sua perspetiva, os Tribunais ainda operam em contexto de incerteza e com poucos precedentes consolidados, nomeadamente quando desejem invocar decisões condenatórias da Comissão Europeia (e da Autoridade da Concorrência).

*Angolan financial system when facing challenges.*

*The author, Joana Tomaz Hilbrich offers an analysis of the effectiveness of investigations and jurisdictional limits in the context of search and seizure procedures under the Foreign Subsidies Regulation, whilst notably addressing the legal challenges associated with the collection of evidence and data considering the GDPR and the Charter of Fundamental Rights.*

*Ariadna Blaco Casares et al. discuss the Foreign Subsidies Regulation as a new tool to safeguard a level playing field in the internal market, emphasising that the aim of the Foreign Subsidies Regulation is not to prevent foreign investment or restrict access to the EU market, but rather to ensure that all companies carrying out economic activities in the EU do so on an equal footing.*

*The article by João Pateira Ferreira et al. analyses the Meliá judgment, seeking to help clarify key concepts within the private enforcement regime in Portugal at a time when, in their view, the courts are still operating in a context of uncertainty and with few established precedents, particularly when appellants wish to rely on condemnatory decisions of the European Commission (and the Portuguese Competition Authority).*